

Todos esses fatos estão diretamente relacionados ao futuro da Petrobrás, que terá direito de exploração sobre a camada pré-sal, além de participação governamental aumentada, por meio de capitalização da união.

Inicialmente, a Petrobrás terá o direito de exploração de cinco milhões de barris, sendo que o preço de cada barril ainda será definido por meio de auditoria externa. Com a definição dos preços, a Petrobrás emitirá títulos para pagar ao estado a cessão dos barris e assim capitalizar-se para o aumento da participação estatal no controle da empresa, o que fere diretamente as normas atualmente vigentes. Segundo a legislação em vigor, um aumento no capital social deve ser proposto pela empresa em reunião de acionistas e, se aprovado, a companhia faz o lançamento público das novas ações. Para evitar que administração e sócios majoritários em conluio manipulem a estrutura societária da empresa, há o chamado Direito de Subscrição, garantido pela Lei 6.404/76. Vale ressaltar que, pelo artigo 172 dessa mesma Lei, em alguns casos esse direito pode ser excluído ou ter seu prazo de exercício reduzido, mas o caso da Petrobrás não se enquadra nas situações tipificadas pela lei.

Segundo o direito de subscrição, em caso de novos lançamentos, o sócio tem o direito de comprar as novas ações pelo seu valor de subscrição, podendo chegar ao limite de sua participação original no capital social da empresa. Caso não queira exercer esse direito, definido como valor mobiliário pela Lei 6.385/76, o sócio poderá vendê-lo no mercado. A integralização de novo capital deverá ser realizada por meio da compra, em dinheiro, das novas ações. A permuta de ações por barris não explorados é uma violação do direito dos demais acionistas, e os mesmos, conforme insinua a Ministra da Casa Civil, também terão seu Direito de Subscrição negado; “caso não tenham dinheiro, venderemos a ação para quem quisermos” – disse a ministra Dilma.

Mesmo com toda a euforia das autoridades sobre o pré-sal, uma redução no preço dos combustíveis foi descartada, deixando assim o interesse público e a função de uma empresa estatal, que é o aumento do bem-estar coletivo, de lado.

Para o ministro de Minas e Energia, não é interessante para o governo vender combustíveis a preço de custo ou abaixo dele, o que contraria o único motivo que justifica a continuidade do controle estatal sobre uma empresa com todas as condições para permanecer no mercado sem a intervenção do governo.

O grande fato relevante é a viabilidade da exploração do petróleo do pré-sal, o que, a princípio, não existe. Segundo relatório do Centro Brasileiro de Infraestrutura – CBIE, o *break-even point* do pré-sal estaria entre U\$40,00 e U\$ 50,00 por barril – entre U\$ 50,00 a U\$ 60,00, os investimentos deveriam ser postergados. Ainda conforme o CBIE, com o barril abaixo dos U\$ 70,00 nenhum tipo de participação especial é viável. Porém, especialistas afirmam que quando a exploração estiver em plena atividade, por volta de cinco a dez anos, a conversa será diferente.

Um ponto fundamental para a solvência da Petrobrás e para que a empresa chegue aos dez anos apontados por alguns especialistas, como “quando as coisas serão diferentes”,

diz respeito ao seu capital de giro. Os altos custos e longos prazos envolvidos na exploração da camada pré-sal aumentarão drasticamente a necessidade de capital de giro da empresa. Dada a forma como o governo pretende aportar capital, mediante entrega de óleo da camada, não há esperança de aumento no capital de giro da Companhia, uma vez que deverá financiar suas necessidades operacionais de recursos, assim como parte dos investimentos, com empréstimos de curto prazo. Estes, em parte, com o lançamento de debêntures que, pela forma discricionária com a qual o governo pretende aumentar sua participação na empresa, deverão remunerar muito bem os possíveis compradores. Somando-se esses fatores às incertezas quanto à existência de novos mega-campos em outros locais do mundo – não se explorou pré-sal na costa do Oriente Médio, por exemplo – e considerando o impacto que isso teria no preço do barril, além da possível concorrência de novas tecnologias, como o biodiesel por craqueamento, que serão provavelmente viáveis com o preço do petróleo no patamar que transforma o pré-sal em algo sustentável, há duas graves incertezas financeiras ao redor da Petrobrás: primeiro, a provável falta de liquidez para manter as operações, com a criação de uma estrutura de financiamento arriscada, e, segundo, a competitividade do produto da empresa no futuro.

Várias perguntas, como por exemplo a avaliação dos ativos e o tamanho das reservas, ainda não foram esclarecidas, e há também o fato relevante sobre a nova emissão de ações atraindo a atenção dos especuladores pela incerteza da quantidade ofertada e normas envolvidas.

Há que se considerar que os investidores têm grandes dúvidas sobre o que vai acontecer com as ações da gigante brasileira. O mistério sobre as novas regras para exploração e a queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional têm feito com que os papéis da Petrobrás caiam na Bovespa.

Para a grande maioria dos investidores, a principal desvantagem da Petrobrás é o fato de ser controlada pelo governo, que intervém das mais variadas maneiras, desde as indicações da diretoria, feitas pura e simplesmente por interesse político, até o controle dos preços dos combustíveis.

REFERÊNCIAS

- BANIF P. CVC. Disponível em: <<http://www.banifinvest.com.br>>. Acesso em: 31 ago. 2009; 1º set. 2009.
- BRASIL. Lei 6.404 de 1976.
- BRASIL. Lei 6.385 de 1976.
- EXAME. Disponível em: <<http://www.exame.com.br>>. Acesso em: 1º set. 2009.
- PIRES, A. *Pré-Sal: desafios e oportunidades*. CBIE.
- PORTAL G1. Disponível em: <<http://www.g1.com.br>>. Acesso em: 31 ago. 2009.
- ROSS, S. A. WESTERFIELD, R. J. JAFFE, J. F. Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2002.
- VIEIRA, M. V. Administração estratégica do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2008.

A *Carta econômica* é um boletim trimestral com tiragem de quinhentos exemplares, produzido pelo Curso de Ciências Econômicas (graduação, mestrado e doutorado em Economia de Empresas). Ano XV, nº 3 – setembro de 2009

Prof. MSc. Amairte Benevenuto (amairte@ucb.br)
Editor da Carta econômica do DF
Coordenador da Seção de Finanças Públicas
Prof. Dr. José Angelo Divino (jangelo@pos.ucb.br)
Coordenador da Seção de Inflação
Prof. Dr. Tito Belchior S. Moreira (tito@ucb.br)
Coordenador da Seção de Comércio Exterior DF
Prof. Dr. Rogério Boueri Miranda (rmiranda@ucb.br)
Prof. Dr. Benjamin Miranda Tabak (benjamin@ucb.br)
Coordenadores da Seção de Mercado Financeiro
Diagramação: Adriano da Silva Pereira/Editora Universa – UCB
Revisão: Margarida Drumond de Assis/Editora Universa – UCB

Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Brasília – UCB
Para mais informações, acesse a *home page* do curso: www.economia.ucb.br
Endereço: Campus I – QS 7 lote 1 EPCT
CEP 91.966-700 – Águas Claras – Taguatinga – DF
Fone: (61) 3356-9185 Fax: (61) 3356-3010

Mestrado e doutorado em Economia de Empresas da Universidade Católica de Brasília
Para mais informações, acesse a *home page* do curso www.ucb.br/economia.
Endereço: Campus II – SGAN 916, Módulo B, Asa Norte
CEP 70.790-160 – Brasília – DF
Fone: (61) 3448-7127 Fax: (61) 3347-4797



EXPEDIENTE

Universidade Católica de Brasília
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Pró-Reitoria de Graduação
Pró-Reitoria de Extensão

Carta Econômica

Informativo do Curso de Ciências Econômicas

Ano XV, nº 3 - setembro de 2009

SEÇÕES

2 Inflação

3 Mercado de trabalho

4 Finanças públicas

6 Comércio exterior

7 Mercado financeiro

A curva de Phillips

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha¹

A curva de Phillips, que mostra a relação antagônica (*trade-off*) entre inflação e desemprego – ou, de maneira geral, uma medida do nível de atividade econômica – é um dos mais importantes fatos estilizados da macroeconomia. Iniciada como o resultado de uma investigação empírica do comportamento salarial no Reino Unido, por Phillips (1958), essa pesquisa foi estendida com uma interpretação teórica formulada por Lipsey (1960), e com uma aplicação no contexto da economia dos Estados Unidos dada por Samuelson e Solow (1960).

Inicialmente, a curva de Phillips foi interpretada como o *locus* das combinações de inflação e desemprego disponíveis para os formuladores de política econômica. A fim de reduzir o desemprego, os bancos centrais precisavam adotar políticas monetárias expansionistas. Essa política expansionista, no entanto, teria um custo: mais inflação.

Posteriormente, a versão original da curva de Phillips foi criticada por Friedman (1968) e Phelps (1968), por ela não considerar o papel das expectativas inflacionárias, e propuseram a alteração que ficou conhecida na literatura como a “Emenda Friedman-Phelps”. Ambos argumentaram que não existia um *trade-off* permanente entre inflação e desemprego, com uma única taxa de desemprego – “natural” – compatível com alguma taxa de inflação; o *trade-off*, todavia, sobreviveria no curto prazo devido às defasagens no ajustamento das expectativas.

Portanto, a noção de que o desemprego baixo necessitava permanentemente de alta inflação foi substituída pela curva de Phillips, expandida pelas expectativas. Os desvios da taxa natural de desemprego resultavam da percepção equivocada da taxa de inflação atual por parte do público. Dado qualquer mecanismo razoável em que os agentes formam suas expectativas, argumentava-se que os erros de previsão convergiriam para zero. Logo, não poderia haver *trade-off* permanente entre inflação e desemprego.

As críticas acima foram eventualmente incorporadas, de tal modo que a curva de Phillips original foi aumentada para incluir a expectativa de inflação como uma variável adicional. Nesse sentido, um consenso emergiu no início dos anos 1970 na característica empírica principal do mecanismo preço-salário considerado em vários modelos macroeconômicos daquela época (TOBIN, 1972). Os preços foram considerados como *markups* em relação aos custos unitários, e os salários eram explicados pela curva de Phillips expandida pelas expectativas, ou seja, em termos de desemprego e inflação passada – assumida como *proxy* da inflação esperada, caso conhecido como expectativas adaptativas. A questão quanto ao coeficiente

da inflação passada ser igual ou menor que um foi tratada como uma questão empírica (BLANCHARD, 1990).

Todavia, as curvas de Phillips estimadas provaram ser instáveis ao longo do tempo, coincidindo com um período de aumento da inflação e do desemprego nas principais economias durante os anos 1970. Parte da explicação pode estar relacionada com a ocorrência de choques exógenos, na oferta agregada, que ocorreram naquele período, como é o caso das crises do Petróleo. De fato, a instabilidade da curva de Phillips decorreu, provavelmente, da famosa aplicação da “crítica de Lucas”. De acordo com Lucas (1976), mudanças no comportamento dos formuladores de política econômica, por meio de seus efeitos nas expectativas dos agentes, poderiam causar alterações nos parâmetros estimados de modelos macroeconômicos, de tal forma que as inferências baseadas nesses parâmetros não seriam válidas. Portanto, enquanto a existência de um *trade-off* entre inflação e desemprego, devido à rigidez dos preços no curto prazo, é algo geralmente aceito por vários macroeconomistas (Mankiw, 2000), a instabilidade das curvas de Phillips na presença de quebras estruturais, como os choques exógenos ou mudanças em regimes de política econômica, significaria um importante obstáculo para seu uso como instrumento de política.

Assim, a nova visão da curva de Phillips levava em consideração as expectativas em uma estrutura de imperfeições no mercado de fatores. A taxa corrente de inflação igualava a taxa esperada de inflação mais componentes da demanda agregada – inflação de demanda – e da oferta agregada – inflação de custo. Por exemplo, dadas as expectativas inflacionárias, os choques positivos de demanda agregada, medidos pela discrepância entre as taxas corrente e natural de desemprego, induziriam a um aumento na taxa de inflação.

Em um conjunto de contribuições influentes, Gali e Gertler (1999) e Gali *et al.* (2001) mostraram que a Curva de Phillips Novo-Keynesiana – *New Keynesian Phillips Curve*, NKPC – derivada de modelos que apresentam rigidez nominal (CALVO, 1983), pode modelar melhor as dinâmicas da inflação, uma vez que a parcela do mercado de trabalho é substituída pelo hiato do produto como uma variável que explica a mesma. Avanços recentes da pesquisa nessa área modelam a evolução da inflação, valendo-se da nova curva de Phillips novo-keynesiana híbrida. Essa especificação resulta de esforços recentes para modelar as dinâmicas de curto prazo da inflação, a partir de princípios de otimização. Por exemplo, em Woodford (2003), a NKPC estipula que a inflação no período *t* é uma função da inflação futura esperada e do hiato do produto corrente.

¹ Doutorando do Curso de Economia de Empresas, na Universidade Católica de Brasília.

¹ O autor agradece ao Prof. Tito Belchior S. Moreira pela leitura crítica do texto e sugestões.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, O. J. Why does money affect output? A survey. In: FRIEDMAN, B. M.; HAHN, F. H. (Eds.) *Handbook of monetary economics*, vol. II, p. 779 – 835. North-Holland: Amsterdam, 1990.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. *American Economic Review*, 58, p. 1 – 17, 1968.

GALI, J.; GERTLER, M. Inflation dynamics: a structural econometric analysis. *Journal of Monetary Economics*, 44, p. 195 – 222, 1999.

GALI, J.; GERTLER, M.; LOPEZ-SALIDO, J. D. European inflation dynamics. *European Economic Review*, 45, p. 1237 – 1270, 2001.

LIPSEY, R. G. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1862–1957: a further analysis. *Economica*, 27, p. 1 – 31, 1960.

LUCAS JR, R. E. Econometric policy evaluation: a critique. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, 1, p. 19 – 46, 1976.

MANKIW, N. G. The inexorable and mysterious tradeoff between inflation and unemployment. *Economic Journal*, 111, p. 45 – 61, 2000.

PHELPS, E. S. Money-wage dynamics and labor-market equilibrium. *Journal of Political Economy*, 76, p. 678 – 711, 1968.

PHILLIPS, A. W. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861–1957. *Economica*, 25, p. 283 – 299, 1958.

SAMUELSON, P. A.; SOLOW, R. M. Analytical aspects of anti-inflation policy. *American Economic Review*, Papers and Proceedings, 50, p. 177 – 194, 1960.

TOBIN, J. The wage-price mechanism: overview of the conference. In: ECKSTEIN, O. (Ed.). *The econometrics of price determination*, p. 5 – 15. Washington, DC: Board of Governors of the Federal Reserve System, 1972.

WOODFORD, M. Interest & Prices: Foundations of a Theory of Monetary Policy. Princeton University Press, Princeton, NJ, 2003.

INFLAÇÃO

Viviam Catarina de Oliveira*¹

A evolução do custo de vida em agosto

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, encerra o mês de agosto com uma variação positiva de 0,15%, ficando 0,7% abaixo da taxa registrada em julho, enquanto o ICV, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, registrou uma variação positiva de 0,30%, apesar de 0,19% menor do que a verificada no mês anterior. O IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, seguiu apresentando uma variação negativa de 0,36%, apesar de apresentar uma leve alta em relação à taxa registrada no período anterior, que havia fechado com uma variação negativa de 0,43%. O IPC, calculado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, que registra a evolução do custo de vida das famílias paulistas, encerrou o mês com uma variação de 0,48%, ficando acima da taxa de 0,33% registrada no período anterior (Quadro 1).

Dentre os grupos que compõem o IPCA nacional, o grande contribuinte para a alta registrada no mês de agosto foi o grupo educação, com 0,83%. Os grupos habitação (0,47%), despesas pessoais (0,27%), saúde (0,21%) e vestuário (0,13%) contribuíram com um menor impacto para a alta verificada. Considerando os demais grupos que compõem o IPCA, a maior queda foi registrada no grupo artigos de residência (0,24%), seguido do grupo transporte (0,11%), comunicação (0,02%) e alimentação (0,01%).

De acordo com o ICV nacional, a alta verificada foi provocada, principalmente, pelo grupo saúde que registrou uma taxa de 1,03% seguido dos grupos transporte (0,50%), habitação (0,30%), artigos de residência (0,14%) e alimentação (0,08%). Dentre os grupos que apresentaram uma variação negativa, os de despesas pessoais e vestuário registraram uma taxa de (0,28%); e de educação, (0,01%). O grupo comunicação seguiu sem variações.

Considerando os sete grupos que compõem o IPC do município de São Paulo, a maior alta foi verificada no grupo habitação com registro de uma taxa de 1,23%, seguido do

grupo alimentação com 0,22%, despesas pessoais e saúde com 0,14%, vestuário com 0,07% e educação com 0,04%. O grupo transportes (-0,05%) foi o único que apresentou uma desaceleração em relação ao período anterior.

De acordo com o IBGE, a alta verificada no grupo educação foi provocada principalmente pelo subitem ensino superior, que apresentou uma variação positiva de 1,42%. Os subitens ensino fundamental e ensino médio também registraram alta, fechando o mês de agosto com uma variação de 0,17% e 0,26%, respectivamente. Segundo o DIEESE, a alta decorrente do grupo saúde foi ocasionada principalmente pelo subitem internações hospitalares, que apresentou uma variação positiva de 10,59%.

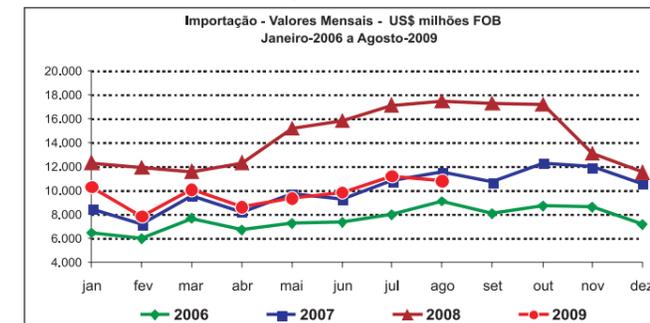
A evolução do custo de vida dos brasilienses

No mês de agosto, o IPCA do município de Brasília registrou uma alta no nível geral de preços de 0,44%, apresentando uma expansão de 0,31% em relação ao período anterior e uma variação acumulada de 2,73% contra 3,49% registrada no mesmo período de 2008. Quanto ao INPC, Brasília registrou uma inflação de 0,19% ficando acima da taxa de 0,17%, registrada no mês de julho, e uma variação acumulada de 2,06% contra 4,12% verificada em agosto de 2008.

De acordo com o IPCA, esse aumento em relação ao mês anterior foi impulsionado com maior evidência pelos grupos educação (1,30%), artigos de residência (1,28%), vestuário (1,08%), habitação (0,49%), saúde (0,48%), transporte (0,28%), despesas pessoais (0,27%) e alimentação (0,06%). O grupo comunicação foi o único que sofreu uma deflação em relação ao período anterior e fechou com uma queda de 0,22% (Quadro 2).

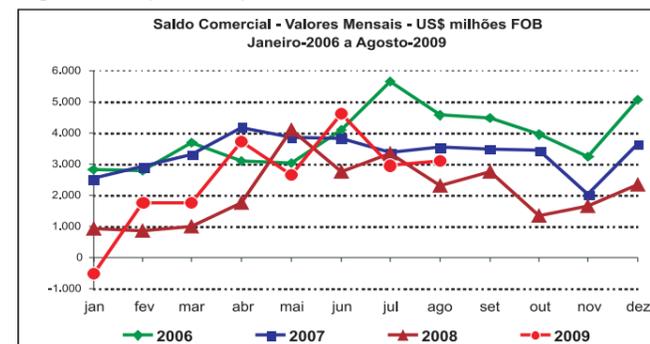
Segundo o INPC, a alta verificada em relação ao período anterior foi decorrente da elevação nos grupos educação (1,10%), vestuário (1,01%), artigos de residência (1,00%), saúde (0,52%), habitação (0,46%) e despesas pessoais (0,05%). As quedas verificadas foram decorrentes dos grupos comunicação (-0,28%), alimentação (-0,22%) e transporte (-0,16%), conforme pode ser visto no Quadro 2.

desse mês apresentam uma retração considerável de 38,3% em relação a agosto de 2008, seguindo tendências de crescimento em volumes comparáveis ao observado em 2007. No acumulado anual, as importações somam US\$ 77,697 bilhões numa média diária de US\$ 469,7 milhões, uma queda de 31,1% em relação ao mesmo período do ano passado.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ao final, o desempenho das exportações e importações contabiliza um saldo de US\$ 3,074 bilhões no mês de agosto, em uma média diária de US\$ 146,4 milhões, apresentando um avanço de 15% em relação ao mês de julho e de 33,7% em relação a agosto anterior. Desse modo, o mês obteve o terceiro maior saldo comercial do ano até o momento, ainda que o saldo comercial apresente um comportamento notavelmente irregular ao longo do ano. No acumulado desde janeiro, o saldo comercial chega a um superávit de US\$ 19,968 bilhões com média diária de US\$ 120,3 milhões, um aumento de 18,7% sobre o registrado no período equivalente de 2008.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

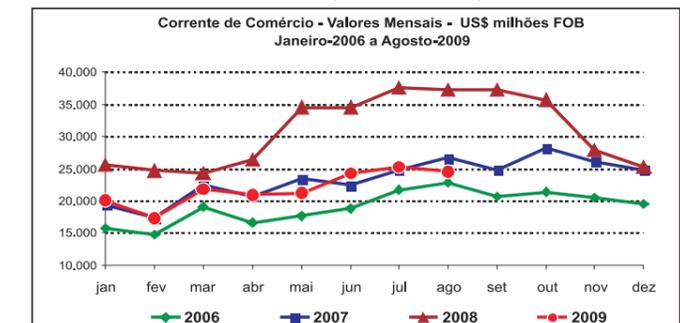
MERCADO FINANCEIRO
A Petrobrás e a Petro-Sal

Nos últimos meses, o governo brasileiro tem manifestado abertamente uma crescente vontade reestatizante, não limitada ao setor petrolífero e externalizada por meio de uma política cada vez mais intervencionista em vários setores, tais como eletricidade e telecomunicações. Questão curiosa nesse desejo, de certa forma compartilhado por parte da população, é o fato de as privatizações terem dado certo no Brasil, mas, mesmo assim, serem rejeitadas por muitos.

Aproveitando-se da “mística” camada pré-sal, segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, futuro “oásis” da produção petrolífera mundial, o presidente e seus amigos pregam abertamente o aumento da participação do governo no capital social da Petrobrás e a criação de uma nova estatal, chamada Pré-Sal. Até aí não há grandes problemas, essa é uma vontade legítima, caso seja compartilhada pela população. Porém, os rumos pretendidos pelo estado brasileiro para o alcance desses objetivos passam longe da legalidade, e a própria viabilidade econômica da camada pré-sal parece ser mais uma construção política do que um fato financeiro.

¹ Os autores agradecem ao Prof. Rogério Boueri Miranda, pela leitura crítica do texto.
* Graduando do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Católica de Brasília
** Professor na Universidade Católica de Brasília

Por sua vez, a corrente de comércio encerra agosto totalizando US\$ 24,608 bilhões, em uma média diária de US\$ 1,172 bilhão, um avanço de 6,3% sobre o mês de julho e uma queda de 33,8% sobre agosto de 2008. O desempenho é levemente inferior ao do mês de julho em termos absolutos, mas, com base na média diária, logrou-se o melhor resultado do ano em trocas comerciais. De janeiro a agosto, a corrente de comércio fecha numa grandeza de US\$ 175,902 bilhões numa média diária de US\$ 1,060 bilhão, sendo um decréscimo de 27,7% relativamente ao mesmo período do ano passado.



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Há um claro viés de órgãos do governo e de parte da imprensa no tratamento que se dá à balança comercial, seja por conveniência ou mera desinformação. Tais veículos tratam as importações como algo necessariamente ruim, enquanto consideram o saldo comercial a verdadeira medida de desempenho da balança comercial a ser buscada. Mesmo quando a corrente de comércio está caindo mas ocorre um aumento ilustrativo, no superávit, se as importações caem um pouco mais que as exportações, a imprensa e o governo são rápidos em declarar uma recuperação do “desempenho nacional” no comércio exterior. Em uma situação em que tanto exportações quanto importações apresentam queda, onde estão, afinal, a “recuperação” e o “desempenho”?

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2009.

Nilo de Souza Campos*¹ José Carneiro da C. Oliveira Neto**¹

O modelo de exploração do pré-sal será feito por meio do sistema de partilha, no qual as empresas privadas que fizerem a exploração ficarão com parte da produção, repartindo o remanescente com a união, o que dará ao governo brasileiro o controle quase que total sobre as reservas.

O montante referente à parte do estado nas reservas será empregado em um fundo que, provavelmente, segundo a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Russef, servirá para investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, educação e cultura.

Para o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, a Petro-Sal contará com no máximo 130 funcionários, entre os quais estarão os melhores especialistas disponíveis no mercado. Porém, o Ministro não explica que instrumentos estarão disponíveis à Petro-Sal para atrair tais especialistas. Como empresa 100% estatal, o único mecanismo legal seria o concurso público. Lobão também não define quem são os “especialistas”, que, pelo observado no caso da Petrobrás e no caso do próprio Ministro, deverão ser “companheiros” fiéis ao governo Lula e que nunca ouviram falar em camadas geológicas ou coisas do tipo.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	Estudos e Projetos	3,9	-	EM LIC.
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	Manutenção das Rodovias	70	-	INIC.
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	Sinalização	5,3	-	INIC.
SANEAMENTO	Abastecimento	Abastecimento de Água	10.641,7	-	INIC.
			354.800,0	-	EM LIC.
SANEAMENTO	Institucional	Desenvolvimento Institucional	136.464,9	-	INIC.
SANEAMENTO	Rede de esgoto	Esgotamento Sanitário	12.869,6	-	INIC.
			120.164,5	-	EM LIC.
SANEAMENTO	Rede de esgoto	Manejo de Resíduos Sólidos	15.362,7	-	INIC.
HABITAÇÃO	Construção de habitações	Plano Habitacional	300,0	-	INIC.
HABITAÇÃO	Construção de habitações	Produção ou Aquisições de Unidades Habitacionais	6.000,0	-	INIC.
HABITAÇÃO	Urbanização	Urbanização do Distrito Federal	116.761,6	-	INIC.
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA	Transmissão de energia	Construção da Linha de Transmissão de Interligação Norte-Sul III (SMTE) - DF/GO	530,0	-	INIC.
TOTAL			774.100,5	150,4	-

Legenda: A.P. - Ação preparatória = Escolha de projetos e fixação de meta; INIC – obra iniciada; CONCL – obra concluída; EM LIC – em licitação

Fonte: 7º Balanço do PAC – Distrito Federal, abril de 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Brasil - Planejamento para Desempenho do Governo Federal: revisão do Plano Plurianual. 2 volumes. Relatório no 22870BR. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2004-2007. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão: planejamento e investimentos. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>.

www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/eixos/eixos.htm. Acesso em: 27 ago. 2008.

BRASIL. Lei 11.578 de 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2008.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>. Acesso em: 21 ago. 2009.

RODRIGUES, Eduardo Silva. O Plano Plurianual 2008-2011 e o Programa de Aceleração do Crescimento. *XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008.

COMÉRCIO EXTERIOR

IN RECUPERO, MA NON TROPPO!

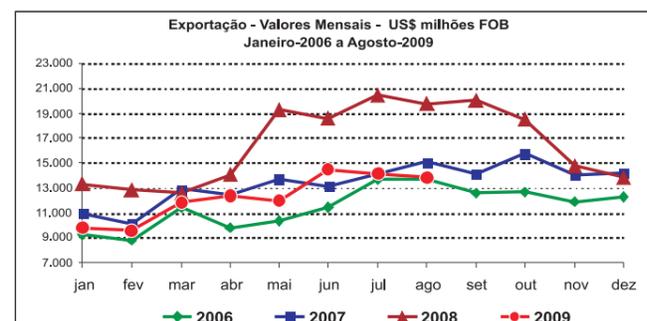
Diego Cezar Gomes Magalhães¹

O comércio exterior brasileiro viveu o seu auge há exatamente um ano, quando a corrente de comércio atingia marcos históricos da ordem de mais de US\$ 37 bilhões em um único mês. Entretanto, a partir de setembro esse volume de comércio sofreu uma brusca queda, como efeito colateral da crise financeira nos maiores países ricos, encerrando o ano com valores inferiores aos de quando começara. Desde o início desse ano, faz-se notar uma tendência inequívoca, porém modesta, de recuperação nos principais indicadores comerciais do país, de modo que o volume de comércio caminha em passos semelhantes aos de 2007. Tal recuperação é notavelmente comemorada pelos veículos de imprensa e autoridades do governo.

Ao final de 21 dias úteis no mês de agosto, a balança comercial apresenta um superávit de US\$ 3,074 bilhões, terceiro maior saldo do ano, e uma corrente de comércio de US\$ 24,608 bilhões, segundo maior volume do ano. No presente período, são registradas exportações na ordem de US\$ 13,841 bilhões e importações na ordem de US\$ 10,767 bilhões, variáveis, cuja diferença nos dá o saldo comercial; e a soma, a corrente de comércio do país em referido período. Todos os valores aqui citados são registrados e divulgados pela Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX/MDIC.

Com um desempenho de US\$ 13,841 bilhões em desembarques internacionais em uma média diária de US\$ 659,1 milhões, as exportações brasileiras de agosto são inferiores ao registrado nos meses de julho e junho em termos absolutos, embora tenham registrado um crescimento de 7,2% pelo critério da média diária. As exportações do mês recuaram 29,9% sobre igual período de 2008, pela média diária, e encontram-se num volume

comparável ao de igual período de 2006. No acumulado de janeiro até agosto, as exportações nacionais somam US\$ 97,935 bilhões, com média diária de US\$ 590 milhões nos 166 dias úteis considerados, um desempenho 24,7% inferior ao registrado em período equivalente de 2008.



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Similarmente, os embarques nacionais, que totalizam US\$ 10,767 bilhões em importações, representam um leve recuo em termos absolutos sobre o mês anterior, mas, com base na média diária de US\$ 512,7 milhões, as importações de agosto ainda cresceram 5,1% sobre julho, obtendo o melhor desempenho do ano após junho. As importações

De acordo com o IBGE, a alta verificada tanto no IPCA quanto no INPC, decorrente do grupo educação, foi impulsionada pelos subitens ensino superior, curso preparatório e artigos de papelaria, enquanto a variação positiva no grupo habitação foi decorrente principalmente da elevação no preço dos aluguéis e condomínios.

Quadro 1 – Variação percentual dos índices de preços

Índices	Variação %	
	julho	agosto
IPCA / IBGE	0,22%	0,15%
ICV / DIEESE	0,49%	0,30%
IGP-M / FGV	-0,43%	-0,36%
IPC / FIPE	0,33%	0,48%

Fonte: IBGE, DIEESE, FGV, FIPE (elaboração própria)

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 10 e 11 set. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Disponível em: <<http://fgvdados.fgv.br>>. Acesso em: 10 e 11 set. 2009.

MERCADO DE TRABALHO

Taxa de desemprego permanece em queda no DF

Hélder Benvindo Nascimento*

A taxa de desemprego total no Distrito Federal assinalou, em julho, a terceira queda consecutiva, passando de 16,4%, para os atuais 15,9%. Na análise dos seus componentes, pode-se observar que a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego oculto sofreu queda no intervalo de tempo em questão.

Estima-se que o contingente de desempregados no Distrito Federal era de 219 mil pessoas em julho, 6 mil a menos do que o verificado em junho. O decréscimo do número de trabalhadores desempregados foi consequência do crescimento do nível ocupacional.

Em termos anuais, a taxa de desemprego total no Distrito Federal sofreu um leve aumento percentual, ao passar de 15,8% em julho de 2008 para 15,9% em julho de 2009. Da análise de seus componentes, constatam-se trajetórias distintas: enquanto a taxa de desemprego aberto sofreu um aumento percentual de 0,8%, a taxa de desemprego oculto recuou o mesmo índice percentual do componente anterior.

Entre os meses de julho de 2008 e 2009, a população economicamente ativa obteve um crescimento de 37 mil pessoas, ao passo que no Distrito Federal foram criados 30 mil postos de trabalho, resultando em um aumento no contingente de desempregados de 7 mil pessoas. O recuo do desemprego total, mostra que o tempo médio de procura por um trabalho, que era de 66 semanas, em julho de 2008, atualmente é de 57 semanas.

Quadro 2 – Comportamento dos preços no Município de Brasília, em agosto

Grupos	Variação %	
	IPCA	INPC
Índice Geral	0,44%	0,19%
Alimentação e bebidas	0,06%	-0,22%
Habitação	0,49%	0,46%
Artigos de residência	1,28%	1,00%
Vestuário	1,08%	1,01%
Transportes	0,28%	-0,16%
Saúde e cuidados pessoais	0,48%	0,52%
Despesas pessoais	0,27%	0,05%
Educação	1,30%	1,10%
Comunicação	-0,22%	-0,28%

Fonte: Banco de dados SIDRA – IBGE (elaboração própria)

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA – FIPE. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br>>. Acesso em: 10 e 11 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 e 11 set. 2009.

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações				
	Jul/08	Jun/09	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)		
	Jul/08	Jun/09	Jul/09	Jun/09	Jul/08	Jun/09	
População em Idade Ativa	2.050	2.103	2.107	4	57	0,2	2,8
População Economicamente Ativa	1.341	1.371	1.378	7	37	0,5	2,8
Ocupados	1.129	1.147	1.159	12	30	1,0	2,7
Desempregados	212	225	219	-6	7	-2,7	3,3
Em Desemprego Aberto	134	153	150	-3	16	-2,0	11,9
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	42	37	36	-1	-6	-2,7	-14,3
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	36	34	33	-1	-3	-2,9	-8,3
Inativos com 10 anos e mais	709	732	729	-3	20	-0,4	2,8
Taxa de Desemprego Total (em %)	15,8	16,4	15,9	-	-	-	-
Desemprego Aberto	10,0	11,2	10,8	-	-	-	-
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	3,1	2,7	2,6	-	-	-	-
Desemprego Oculto pelo Desalento	2,7	2,5	2,4	-	-	-	-

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GO, SEADE-SP e DIEESE.
Obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

O nível de ocupação no Distrito Federal registrou, em julho, um crescimento de 1,0%. Do ponto de vista dos setores de atividade, a Pesquisa de Emprego e Desemprego aponta que o maior crescimento em termos de criação de postos de trabalho deu-se na Construção Civil (6,9%) e, de forma mais comedida, na Administração Pública (1,5%). Por outro lado, o Comércio reduziu o número de ocupações em 1,1%.

Nesse período, o nível ocupacional se elevou para 2,7%. Tal crescimento foi sustentado, principalmente, pela Construção Civil (24,0%) e pela Administração Pública (11,2%). O número de trabalhadores assalariados no Distrito Federal cresceu 1,0% no mês de julho, reflexo do crescimento do emprego no setor privado. O comportamento no segmento privado da economia foi resultado do aumento do assalariamento com carteira assinada (1,9%), que mais do que compensou a pequena redução do contingente de trabalhadores assalariados sem carteira (-1,1%).

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Católica de Brasília.

¹ O autor agradece ao Prof. Tito Belchior S. Moreira pela leitura crítica do texto.

¹ Graduando do Curso de Ciências Econômicas, na Universidade Católica de Brasília.

Em 12 meses, o contingente de assalariados no DF elevou-se para 3,1%, em decorrência do crescimento do emprego no setor privado e setor público. Da análise do setor privado da economia, constata-se que o emprego com carteira assinada e o sem carteira tiveram comportamentos distintos: enquanto o primeiro assinalou uma expansão de 4,1%, o segundo registrou um decréscimo de 5,1%, demonstrando uma maior legalização do contingente de trabalhadores no DF.

Posição na Ocupação	Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação Distrito Federal Julho/08, Junho/09 e Julho/09						Variações		
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)			Relativa (%)		
	Jul./08	Jun./09	Jul./09	Jul./09 Jun./09	Jul./09 Jul./08	Jul./09 Jun./09	Jul./09 Jul./08	Jul./09 Jun./09	Jul./09 Jul./08
Total	1.129	1.147	1.159	12	30	1,0	2,7		
Total de Assalariados (1)	769	785	793	8	24	1,0	3,1		
Setor Privado	518	523	529	6	11	1,1	2,1		
Com Carteira Assinada	419	428	436	8	17	1,9	4,1		
Sem Carteira Assinada	99	95	94	-1	-5	-1,1	-5,1		
Setor Público	251	262	263	1	12	0,4	4,8		
Autônomos	176	182	182	0	6	0,0	3,4		
Demais Posições (2)	184	180	185	5	1	2,8	0,5		

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.
 Notas:
 (1) Inclui os que não informaram o segmento em que trabalham.
 (2) Incluem empregadores, empregados domésticos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.
 Obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

No mês de junho, o rendimento médio real dos ocupados atingiu o valor de R\$ 1.839. Da mesma forma, o rendimento médio real dos assalariados teve um aumento de 0,3% e alcançou o patamar de R\$ 2.121. A massa de rendimentos dos ocupados cresceu em decorrência do aumento do nível

ocupacional e do rendimento médio real. Os rendimentos dos assalariados, por sua vez, apresentaram crescimento menor, resultado da pequena oscilação positiva do nível de emprego e da relativa estabilidade do rendimento médio real.

Entre junho de 2008 e 2009, o rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados e a massa de rendimentos do mesmo grupo expandiram-se, em decorrência da ampliação do nível ocupacional e do rendimento médio.

Categorias Seleccionadas	Rendimentos (em reais de Junho de 2009)						Variações (%)	
	Rendimentos (em reais de Junho de 2009)			Variações (%)			Variações (%)	
	Jun./08	Mai./09	Jun./09	Jun./09 Mai./09	Jun./09 Jun./08	Jun./09 Jun./08	Jun./09 Jun./08	
Total de Ocupados	1.741	1.829	1.839	0,5	5,6			
Total de Assalariados (2)	1.981	2.114	2.121	0,3	7,1			
Setor Privado	1.012	1.056	1.081	2,4	6,8			
Com Carteira	1.044	1.101	1.120	1,7	7,3			
Sem Carteira	865	830	877	5,7	1,4			
Comércio	834	884	915	3,5	9,7			
Serviços	1.066	1.115	1.122	0,6	5,3			
Setor Público	4.146	4.421	4.427	0,1	6,8			
Trabalhadores Autônomos	857	895	878	-1,9	2,5			

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.
 Notas:
 (1) Inflator Utilizado: INPC-DF - IBGE.
 (2) Inclui setor público.
 Obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

REFERÊNCIA

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/ped/brs/pedbrs0709.pdf> >. Acesso em: 27 ago. 09.

Anderson Moura e Sousa*

FINANÇAS PÚBLICAS

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no DISTRITO FEDERAL

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído em 22 de janeiro de 2007, representa uma novidade em relação às reformas de planejamento e gestão implementadas nos últimos 14 anos pelo estado brasileiro. O programa traz inovações na gestão dos recursos orçamentários de projetos estratégicos e aprofunda as funções de coordenação da ação governamental, apoiando-se no alinhamento de posições dos diversos órgãos governamentais às diretrizes traçadas, mediante coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

O programa prevê um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo com o intuito de criar as condições para assegurar o crescimento sustentável, a médio e longo prazos, bem como o aumento do investimento público e privado, a afirmação de um novo modelo de crescimento econômico com distribuição de renda e a consolidação da estabilidade macroeconômica.

Nesse sentido, o PAC é uma tentativa de equacionar a questão fundamental que se coloca, hoje, para a economia brasileira: acelerar e sustentar o crescimento e, simultaneamente, reduzir a pobreza e a desigualdade social, preservando a estabilidade de preços e avançando progressivamente no desendividamento do estado. Esses objetivos, em muitos casos, são contraditórios e sua compatibilização envolve enorme complexidade.

No Distrito Federal, foram assinados contratos para obras de habitação e saneamento na região, além do termo de adesão do Governo do Distrito Federal ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, voltado para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. No DF, o objetivo é beneficiar aproximadamente a 19 mil famílias.

Foram assinados três contratos no valor de R\$ 311,3 milhões para construção de moradias e obras de infraestrutura urbana em três comunidades do Distrito Federal, pelo Programa Pró-Moradia, nos bairros de Araponga, Mestre D’Armas e Sol

Nascente. Esse programa tem como meta beneficiar 40 mil famílias e gerar 29 mil empregos. Não obstante, segundo o balanço divulgado no dia 15/06/2009, foram reservados apenas 37% dos recursos, cerca de 115,2 milhões, com projetos e metas para o setor que já possuem obras em andamento, e os outros 63% estão em processo de licitação e ação preparatória. Importante observar que essa reserva não implica obras finalizadas. Assim, o valor empenhado das obras é bem superior ao valor realmente liquidado e pago.

No projeto inicial, a construção do Sistema Produtor de Água de Corumbá, objeto de dois contratos formalizados, soma investimentos de R\$ 174 milhões. O investimento total no empreendimento é de R\$ 290,3 milhões com benefícios para aproximadamente 100 mil famílias das cidades de Santa Maria e Gama, além dos municípios goianos de Valparaíso, Luziânia, Cidade Ocidental e Novo Gama. Apesar de iniciada a construção do Sistema Produtor de Água de Corumbá, somente foi realizado o remanejamento da adutora de água bruta e unidade de captação, estando a sua conclusão prevista para 30 de setembro de 2010.

Para saneamento estão selecionados 43 empreendimentos, dos quais 13 encontram-se em obras (31%). Os outros 69% encontram-se em fase preparatória ou em contratação, o que representa um percentual alto, considerando o tempo decorrido.

Outro mau exemplo é o da construção da rede de esgoto das regiões administrativas de Vicente Pires e Samambaia. A previsão inicial dos gastos é de 47,8 milhões e, desse montante, apenas 10% dos recursos foram executados (4,8 milhões), representando 8,8km de rede de esgoto disponibilizadas. A conclusão das obras de saneamento nas duas cidades está prevista para 30 de julho de 2010.

O terceiro maior aeroporto em movimento do Brasil, o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, vai entrar em obras já no próximo semestre. Está confirmado o investimento de R\$ 439 milhões no terminal até 2013. Os recursos estão

previstos no Programa de Aceleração do Crescimento, e as melhorias têm previsão de entrega até dezembro daquele ano. Apesar da previsão, espera-se um atraso na conclusão das obras. O próprio presidente da Infraero justificou: “Será um processo demorado, haja vista o tamanho do investimento. Nós gostaríamos que fosse mais ágil, mas trata-se de uma obra de nível internacional com padrão de qualidade altíssimo. Não deverá a nenhum aeroporto do mundo”.

Com as obras, o aeroporto terá capacidade de atender a 25 milhões de passageiros por ano; atualmente, o terminal de Brasília atende a oito milhões de usuários no mesmo período. As obras serão divididas em duas etapas. A primeira fase contará com a ampliação do terminal de passageiros, com uma sala de embarque provisória e melhorias no estacionamento. A segunda fase conta com a construção do segundo viaduto sobre a via de acesso aéreo ao aeroporto.

Assim como a malha aeroviária, a malha rodoviária do Distrito Federal também está contemplada na lista de prioridades do mesmo Programa (PAC), conforme demonstração abaixo:

PAC – PRIORIDADES PARA O DISTRITO FEDERAL

TIPO	EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010 (Milhões)	INVESTIMENTO APÓS 2010 (Milhões)	ESTÁGIO
Aeroporto	Aeroporto de Brasília – Reforma e ampliação do TPS	12	138	A.P
Aeroporto	Pista – Segundo Viaduto de Aeronaves	0,4	12,4	A.P
Rodovias	BR-020/DF/GO – Duplicação (Km 0) a Sobradinho e Planaltina a Divisa DF/GO	46,1	-	INIC.
Rodovias	BR 450/DF – Adequação de capacidade – Granja do Torto	44,5	-	INIC.
Rodovias	BR-060 - DF/GO – Obras complementares	3,4	-	INIC.
Rodovias	BR-060 – duplicação no DF	14,4	-	CONCL.
Rodovias	Controle de velocidade	5,5	-	EM LIC.
Rodovias	Estudos e projetos	3,9	-	EM LIC.
Rodovias	Manutenção das rodovias	70	-	INIC.
Rodovias	Sinalização	5,3	-	INIC.
TOTAL		205,5	150,4	-

Legenda: A.P - (Ação preparatória= Escolha de projetos e fixação de metas); INIC – obra iniciada; CONCL – obra concluída; EM LIC – em licitação.

Fonte: 7º Balanço do PAC – Distrito Federal – Abril de 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac>.

Podemos rapidamente perceber que no Distrito Federal, o PAC, quando comparado a outras áreas de investimento, foi mais eficiente na ampliação da malha rodoviária. A duplicação da BR-060 foi concluída, enquanto outras três obras importantes estão em andamento; no total, 60% dos empreendimentos exclusivos já possuem obras iniciadas. Quando levamos em consideração o crescente número de veículos no Distrito Federal, que recentemente teve sua frota contabilizada em mais de um milhão de unidades, vê-se a necessidade do aumento da malha viária para atender à crescente demanda de tráfego.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF) tem investimento de R\$ 4,1 bilhões em obras de habitação e saneamento em 19 municípios e no Distrito Federal. Os recursos estão sendo aplicados na melhoria da habitabilidade e na ampliação do abastecimento de água e tratamento de esgoto. Do total, R\$ 1,6 bilhão está selecionado, do qual R\$ 1,2 bilhão contratado. Um montante de R\$ 2,5 bilhões é destinado a financiamento habitacional de pessoa física.

PROJETOS DO PAC NO DISTRITO FEDERAL

	SUBTIPO DA OBRA	EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010 (Milhões)	INVESTIMENTO APÓS 2010 (Milhões)	ESTÁGIO
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Aeroporto	Aeroporto de Brasília – Reforma e ampliação do TPS	12	138	A.P
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Aeroporto	Pista – Segundo Viaduto de Aeronaves	0,4	12,4	A.P
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	BR-020/DF/GO – Duplicação (Km 0) a Sobradinho e Planaltina a Divisa DF/GO	46,1	-	INIC.
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	BR 450/DF – Adequação de capacidade – Granja do Torto	44,5	-	INIC.
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	BR-060 - DF/GO – Obras complementares	3,4	-	INIC.
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	BR-060 – Duplicação no DF	14,4	-	CONCL.
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Rodovias	Controle de Velocidade	5,5	-	EM LIC.

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Católica de Brasília